

SÃO LUÍS

Importantes reuniões de trabalho foram realizadas no mês de fevereiro, em São Luís, Maranhão, entre a SPHAN e diversas entidades interessadas na revitalização de bens culturais daquele Estado. Das reuniões, coordenadas pelo professor Aloísio Magalhães, Secretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Presidente da Fundação Nacional Pró-Memória, surgiu como fato de maior importância a decisão do governo maranhense de manter em funcionamento o Porto do Desterro, situado na área histórica de Praia Grande, na qual se processa a atracação das geleiras que recolhem o pescado artesanal no litoral maranhense. A restauração do prédio e revitalização da atividade econômica do Laboratório-Farmácia Vital de Mattos, igualmente situado na Praia Grande, foi outro assunto debatido. Da reunião com o reitor da Universidade Federal do Maranhão surgiram novas oportunidades de trabalho conjunto em vários projetos. Destaque-se, igualmente, a instalação da 2ª Delegacia Regional da SPHAN, com sede em São Luís e jurisdição no Maranhão, Piauí e Ceará.



Praia Grande: porto vai continuar

O Governo do Estado do Maranhão, por decisão tomada pelo Secretário do Planejamento, Dr. João Rebello, decidiu manter em funcionamento o porto de pesca artesanal do Desterro, na Praia Grande, dotando-o de melhorias que aumentem sua eficiência, e sua oferta de equipamentos para higienização das geleiras de transporte de pescado e garantindo a permanência e desenvolvimento das atividades ligadas à pesca e instaladas naquela área, onde se encontra um dos mais antigos e mais belos conjuntos da arquitetura colonial brasileira.

O importante compromisso foi assumido durante reunião da SPHAN com o Secretário do Planejamento Estadual, representante do Governador e técnicos do Governo Estadual, do Projeto Praia Grande e do Programa de

Cidades Históricas/SPHAN.

Destaque especial deve ser dado ao trabalho desenvolvido pela Associação dos Livres Armadores de Pesca de São Luís, pela permanência em funcionamento do Porto do Desterro na Praia Grande, apontando os prejuízos econômicos, culturais e turísticos que acarretaria sua transferência para outro local da Ilha de São Luís. Com a decisão do Governo Estadual, a projetada construção de um novo porto — Porto Grande — poderá ser executada sem prejuízo do tradicional Porto do Desterro, para recepção e beneficiamento da produção da pesca em escala industrial, e mantendo neste último, sua dupla função de receptor da chamada pesca estuarina, recolhida pelas geleiras e de local de carregamento das mesmas com os suprimentos destinados ao abastecimento das pequenas e isoladas comunidades pesqueiras do litoral. Assim, preserva-se e criam-se condições de aperfeiçoamento da estrutura comercial já montada para as atividades pesqueiras e portuárias do

bairro e pode-se efetivar as idéias contidas no Projeto Praia Grande de integrar a comunidade nos trabalhos de preservação, conservação, reconstrução e utilização do patrimônio histórico que ali se encontra.

O referido aperfeiçoamento técnico e econômico prevê um conjunto de melhorias a ser implantado no Porto de Praia Grande, donde se destacam: — aterro para alargamento da faixa do cais entre a linha d'água e as pistas do anel viário, já que atualmente os barcos atracam a poucos metros do anel viário, acarretando transtornos para a fluidez da circulação, bem como para as próprias manobras de desembarque de passageiros e cargas; — construção do cais de atracação, propriamente dito, tanto para os barcos de pesca quanto para os barcos turísticos e de transporte de passageiros, que garantem as ligações com a Região da Baixada, com Alcântara e com as praias, desembarcando um volume superior a 1.000 pessoas/dia no porto de Praia Grande;

— dragagem do canal de acesso ao cais e afundamento do leito na faixa de atracação, obras que permitirão a abordagem independentemente dos movimentos de maré, que hoje obrigam a atracação dos barcos ao largo do cais, o transbordo de cargas e passageiros por meio de canoas menores até próximo da terra firme e uma marcha, na lama, até a margem;

— melhorias da faixa do cais, com instalação de um terminal para os barcos turísticos, de locais para estacionamento de veículos de carga, para distribuição de pescado, e equipamentos para melhoria das condições de higiene dos barcos, assim como o paisagismo integral da área, de forma a permitir que o cais de Praia Grande venha a fortalecer o já hoje grande interesse turístico que desperta, agregando-se condições para se transformar em área de lazer para a população local.

Os projetos de melhoria referentes ao porto pesqueiro vêm sendo articulados com o programa PESCARTÉ, da SUDEPE, de reestruturação da atividade pesqueira artesanal, compreendendo o suporte à produção, distribuição e comercialização do pescado. Expressamente no Porto de Praia Grande, esse programa se propõe a dirigir seus investimentos para a melhoria do desempenho dos barcos-geleiras, melhoria das condições de atracação, supressão da excessiva intermediação até a etapa de venda ao público pelo retalhista. Os projetos de melhoria viária, acesso ao cais desde o anel viário, instalação de passarelas e de estacionamento, terão apoio financeiro da Empresa Brasileira de Transportes Urbanos — EBTU.

Projetos terão a colaboração da UFMA

Em contato com o professor José Maria Cabral Marques, reitor da Universidade Federal do Maranhão, foram acertadas importantes oportunidades de trabalho conjunto com a SPHAN, em diferentes projetos que estão sendo executados naquele estado.

Em primeiro lugar, a UFMA comprometeu-se a colaborar com os projetos de revitalização da Praia Grande e de Alcântara, colocando dois técnicos à disposição do Grupo Executivo. Um dos trabalhos será a realização de pesquisa para determinar as condições sócio-econômicas da população de Praia Grande, cujos resultados serão suporte imprescindível para futuras intervenções na área. A pesquisa será feita pelos Departamentos de Sociologia e Antropologia e de Serviço Social da UFMA. Além disto, professores e estagiários da Universidade estarão envolvidos na tarefa de sensibilização da comunidade para os trabalhos de revitalização de Praia Grande.

Um segundo ponto de trabalho comum surgiu com a hipótese de se comprar e restaurar ruínas existentes na cidade de São Luís, dando-lhes uma utilização social relevante através da instalação de repúblicas para estudantes.

Outro item de entendimento foi a necessidade da realização do Cadastro e Inventário das Edificações da Praia Grande, que reunirá os elementos para a seleção dos prédios de interesse histórico e ambiental da área para sua conservação, elaboração de projetos de restauração, reconstituição de prédios em ruínas, projetos de melhorias dos logradouros e paisagismo. Servirá ainda para o controle da aplicação das normas de uso do solo na área, pela Prefeitura de São Luís, para o exame de pedidos de demolição e edificação de novas construções. O inventário será realizado de maneira a permitir sua publicação como elemento

informativo sobre o valor artístico e histórico da área e contará para sua elaboração com equipe composta pelo Departamento de Patrimônio da Fundação Cultural do Maranhão, sob orientação do Grupo Executivo do Projeto Praia Grande e Departamentos de Artes e de Engenharia, da Universidade do Maranhão. Finalmente, tratou-se da negociação de um convênio entre a CEME — Central de Medicamentos e a UFMA para a montagem de um programa de pesquisa e treinamento de estudantes de farmácia utilizando as instalações do Laboratório Vital de Mattos, dentro do projeto de criação de um Museu de Farmácia e reativação econômica deste laboratório.

Nova Diretoria Regional

“Procuraremos o diálogo, o debate, com entidades públicas, com associação de classes, com entidades congregadoras de profissionais, e pretendemos um trabalho de sensibilização para adultos e de formação cultural para a juventude. Esse será, por certo, o trabalho mais árduo, por certo também o mais frutífero, pois pretendemos formar uma geração que possa, no futuro, ser a maior guardiã daquilo que ora defendemos”.

Este é um trecho do discurso de Ivan Celso Furtado da Costa ao ser empossado como primeiro diretor-regional da recém-instalada 2ª Diretoria Regional da SPHAN, cuja jurisdição cobre os estados do Maranhão, Piauí e Ceará. O novo diretor é advogado, escritor e foi fundador e primeiro presidente da Sociedade dos Amigos de São Luís e Alcântara.

À posse, na Delegacia Regional do MEC, em São Luís, estiveram presentes o professor Aloísio Magalhães, Secretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; José Maria Martins, representante do governador maranhense; Bernardo de Almeida, Presidente da Fundação Cultural do Maranhão; Leda Tabajara, Delegada Regional do MEC e outras autoridades locais.

FARMÁCIA VITAL

Técnicos da SPHAN, Banco do Brasil, Banco do Estado do Maranhão, CEAG e representante da Farmácia-Laboratório Vital de Mattos reuniram-se com o arquiteto consultor da SPHAN, a fim de examinar o desenvolvimento do projeto de restauração do prédio e revitalização da atividade econômica do laboratório. A Farmácia JOÃO VITAL DE MATTOS, instalada desde a sua fundação num sobrado avarandado, exemplar característico da arquitetura colonial maranhense, situa-se no coração do centro histórico de São Luís do Maranhão, em área tombada pela SPHAN como de interesse histórico e artístico nacional. Foi o primeiro prédio da cidade a ter instalada energia elétrica própria e, apesar do seu precário estado, conserva ainda os elementos originais de mobiliário e equipamentos. Vem daí seu caráter excepcional de documento da nossa tradição farmacêutica. A raiz regional da produção do Laboratório Vital de Mattos contrasta, entretanto, com o refinamento dos rótulos, embalagens e folhetos de propaganda,

elaborados inicialmente na França e reproduzidos, até hoje, segundo matrizes originais, conservando assim, uma tradição de há muito desaparecida no Maranhão. Trata-se de uma farmácia magistral, dedicada ao preparo de medicamentos sob receita, na qual funciona também — sendo essa, aliás, sua atividade principal — um laboratório farmacêutico, produzindo medicamentos em maior escala, com base em produtos naturais, de origem regional e segundo fórmulas empregadas desde o fim do século passado, atendendo hoje o mercado do norte e nordeste, atingido mesmo Brasília. Partindo da premissa de que a MEMÓRIA NACIONAL não se deve constituir tão-somente de um conjunto inanimado de bens mas, ao contrário, a parcela viva dessa MEMÓRIA deve ser preservada e incorporada ao

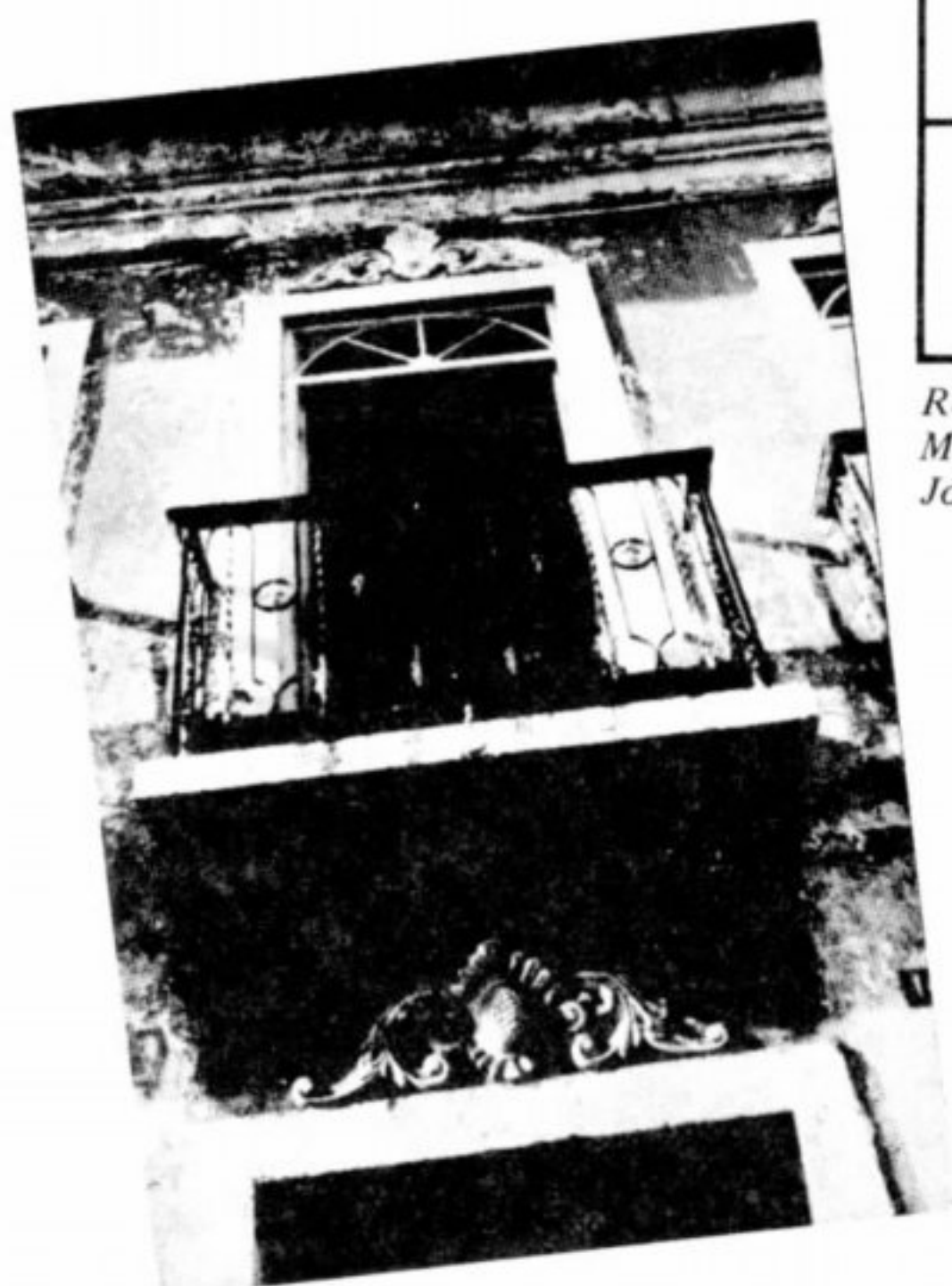
universo do nosso dia-a-dia, a SPHAN vem amparando o pedido de apoio à Farmácia Vital, já que essa reúne ambas as condições: exemplar da nossa tradição farmacêutica e atividade dinâmica vinculada desde longa data à cultura regional. Para sua recuperação a empresa requer tanto obras de melhoria das instalações, quanto — e prioritariamente — uma injeção de recursos que permita a sua reabilitação financeira e a expansão da produção de medicamentos, hoje insuficiente para atender a demanda. Nesse sentido é idéia da SPHAN desenvolver um trabalho conjunto, em que a reativação financeira e a restauração física se aliem, dando continuidade e reforçando a produção dos seus tradicionais medicamentos, mas garantindo, igualmente, a manutenção do acervo patrimonial representado pelo imóvel e pelas instalações da farmácia, de forma que essa passe a funcionar como mostra representativa da histórica dessa atividade na região.

Participação da Maratur

Várias iniciativas e projetos a serem desenvolvidos pela MARATUR, na área da Praia Grande sob a coordenação do Grupo Executivo e com assessoria da SPHAN, foram aprovadas na reunião de trabalho de São Luís. Entre elas está o projeto de instalação de um albergue turístico, de propriedade da Empresa Maranhense de Turismo, com restauração do seguinte conjunto de prédios contíguos: Rua da Estrela nº 201 A e B e nº 202, Travessa Marcelino de Almeida nº 24 A, B e C. A escolha inicial da MARATUR para instalação desse albergue recaía sobre outro imóvel, situado à Rua 28 de Julho, antiga Rua do Giz, e para tanto foi solicitado apoio financeiro da EMBRATUR. Em virtude da inadequação do imóvel para fins hoteleiros, foi proposto à MARATUR a transferência do projeto para o conjunto de imóveis acima citado e situado em frente ao Mercado de Praia Grande, próximo ao mercado de



Reprodução de anúncio do Almanaque Maranhense, ano de 1973, do Laboratório João Vital de Mattos.



Detalhe da fachada da Farmácia Vital de Mattos.

peixe e artesanato cuja proposta de instalação integra o Projeto de Revitalização da Praia Grande e incluído igualmente na presente listagem.

Das vantagens da troca do imóvel constam, além da nova localização privilegiada, acima referida, uma área construída significativamente superior e um menor número de pavimentos, já que o prédio da Rua do Giz possui 4 pavimentos.

A instalação de um Mercado de Peixe e de Artesanato, junto ao porto de passageiros, turístico e pesqueiro de Praia Grande, é outra iniciativa aprovada na reunião. A implantação desse mercado se integra ao projeto de apoio à mencionada atividade pesqueira, buscando vinculá-la ao incentivo da atividade turística na

área do Projeto de Praia Grande.

Foram dados ainda, os primeiros passos para a restauração do Mercado Público mais antigo de São Luís, localizado na Praia Grande, de caráter eminentemente popular, especializado na venda de gêneros. Esse conjunto de atividades propiciará uma movimentação particular a essa área de Praia Grande considerada como seu centro de animação, ao redor da qual vem se instalando, já há mais tempo, uma série de entidades públicas que tem seus prédios restaurados com apoio do Programa de Cidades Históricas da SPHAN.

A ampliação da rede hoteleira da cidade de São Luís, com a próxima abertura de uma nova unidade com capacidade de 235 apartamentos e a instalação do Albergue da MARATUR, justificam a montagem de um sistema de treinamento nas diversas especializações da hotelaria, estendido, a seguir, para o treinamento do pessoal

das unidades hoteleiras já instaladas e de serviços turísticos em geral.

Recomendação nesse sentido foi formulada pela MARATUR, com base em recente levantamento por ela elaborado, sobre as condições de prestação de serviços hoteleiros e turísticos em São Luís, no qual foi constatada a desqualificação completa do pessoal do setor.

Ademais, o desenvolvimento do Projeto de Revitalização da Praia Grande trará incentivo à instalação de atividades de lazer e turismo na área, demandando para tanto, pessoal qualificado.

Nesse sentido a instalação de uma unidade-escola de hotelaria e turismo, contando com o apoio de instituições, tais como o SENAC, nos moldes em que vem se implantando em outras cidades, viria se filiar ao esforço de reanimação dessa área.

Estrada de Ferro MADEIRA - MAMORÉ

Se você possui fotos, jornais e revistas de época, relatórios, livros ou qualquer outro tipo de documentos sobre a ESTRADA DE FERRO MADEIRA-MAMORÉ, ou se tem algum tipo de interesse pelo assunto, procure-nos!

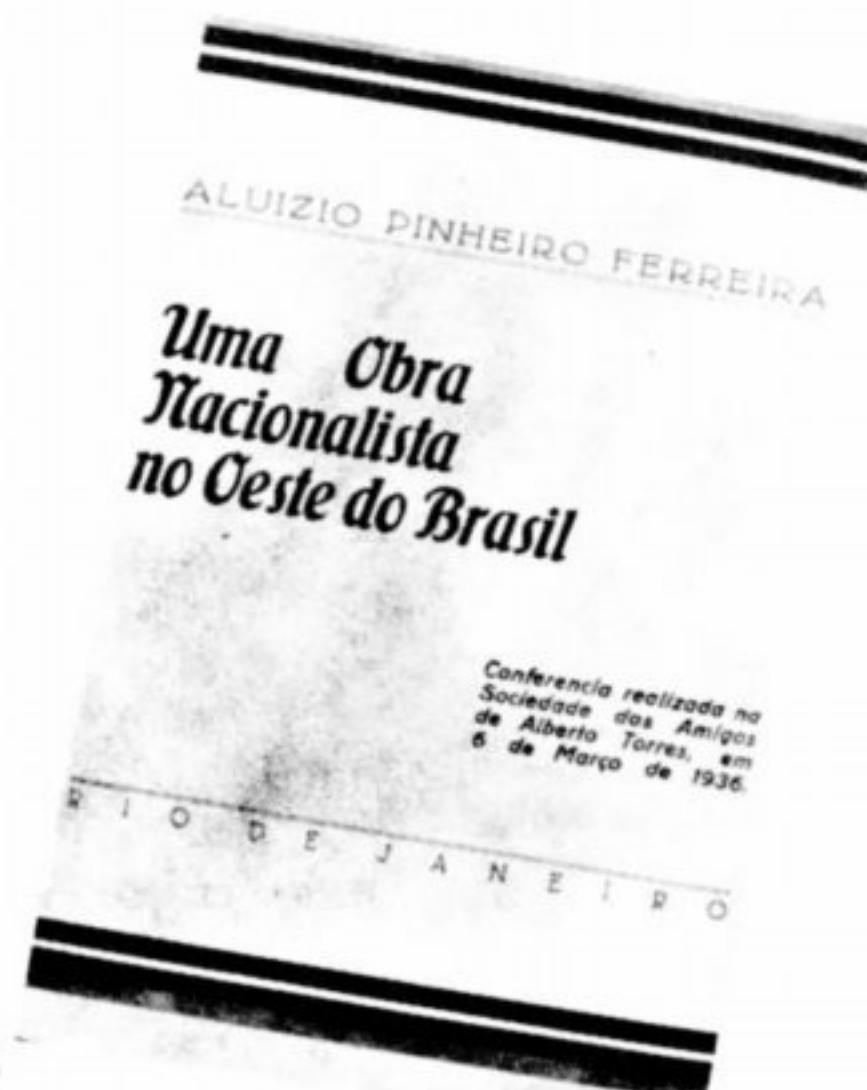
Isto não é apenas uma maneira de começar matéria jornalística, mas um real apelo a todos que se interessam pela preservação da memória nacional, no sentido de se recuperar uma das mais importantes e dramáticas páginas de nossa história. Na verdade, a lendária Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, a “ferrovia do diabo”, está ganhando hoje as atenções de diversos setores da vida nacional. O Governo de Rondônia, por exemplo, conseguiu junto ao Ministério dos Transportes a suspensão do edital de leilão do acervo da ferrovia e parte agora para reativar um de seus trechos como atração histórica com fins turísticos. Pretende-se fazer funcionar 30 quilômetros da estrada, construir áreas de lazer e parques junto a cachoeiras, recuperar antigos vagões e transformá-los em panorâmicos e construir um mausoléu para os que morreram durante a construção. Outro exemplo de interesse pode ser encontrado no movimento levado a efeito por particulares e associações profissionais (de escritores, arquitetos, engenheiros, jornalistas) de Rondônia, com vistas à preservação do acervo da Madeira-Mamoré. Um abaixo assinado, com dezenas de assinaturas, foi enviado por essas pessoas e instituições ao professor Aloísio Magalhães, solicitando a colaboração da SPHAN. Por seu lado, o ex-CNRC, hoje integrado à Fundação Nacional Pró-Memória e à SPHAN, está desenvolvendo um projeto de pesquisa específico para o assunto, o qual, apesar do pouco tempo, já conseguiu acumular importante volume de informações.

Da viagem inicial que um grupo de pesquisadores fez ao local (IPHAN 2, p. 11) obteve-se uma coleção de fotos sobre o estado atual do acervo da ferrovia, entrevistas com antigos funcionários da EFMM, importantes contatos com instituições e particulares que possuem material sobre o tema. Em São Paulo foi contratado o Prof. Manoel Rodrigues Ferreira, especialista no assunto, que se prontificou a auxiliar na pesquisa; bem como o jornalista Ari André, detentor de grande quantidade de fotografias da época tiradas pelo fotógrafo norte-americano Dana Merrill. Em Brasília, em reunião realizada com a museóloga Maria Elisa Carrazoni, do Ministério dos Transportes, acertou-se a necessidade do desenvolvimento de uma ação integrada na área. Ao mesmo tempo prossegue o trabalho de levantamento de fontes primárias sobre a história da construção da ferrovia, cujos resultados até agora são os mais promissores, em termos de documentos já obtidos ou pelo menos localizados. Por exemplo, o livro “The Jungle Route”, de Frank W. Kravigny, editado nos Estados Unidos em 1940, cujo autor participou da construção da estrada e enviou um

exemplar ao historiador Manoel Rodrigues Ferreira, de qual o CNRC tirou uma cópia. Ou então o livro “Del Amazonas al infinito”, de Benigno Cortizo, operário espanhol que também trabalhou na construção, do qual há um exemplar na seção de obras raras da biblioteca da Universidade de Brasília. Já se possui cópias de pareceres de juristas como Ruy Barbosa, Clóvis Bevilacqua, Sancho Barros Pimental e Inglês de Souza, editados em 1913; relatórios de diversos ministérios; relatórios da Companhia Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, diários e relatórios de viagens, material estatístico publicado pelo IBGE, conferências realizadas na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro no fim do século passado e recortes de jornais e revistas da época.

Nesta linha de trabalho, encontra-se em elaboração um quadro referencial das principais fontes históricas, com a indicação das instituições que as conservam. A publicação deste quadro buscaria incentivar novas pesquisas sobre o assunto e servir como referencial básico para o acréscimo de novos dados.

Outra iniciativa, paralela a esta, é o estudo da proposta de trabalho mais adequada para recuperação do acervo da ferrovia, com o objetivo de colocá-lo à serviço da comunidade local, como melhor lhe convier; já existindo proposta neste sentido, apresentada em 1979 pela Associação Brasileira de Preservação Ferroviária



à Secretaria de Planejamento de Rondônia.

Todo este esforço justifica-se plenamente pois recuperar a memória da construção da Madeira-Mamoré, uma das mais importantes obras de engenharia do início do século, é indispensável para a melhor compreensão daquele momento de nossa história.

Afinal, durante quase seis anos, mais de 21 mil trabalhadores de 25 nacionalidades diferentes deram seus esforços e suas vidas para a concretização de um sonho que existia desde meados do século passado. A Estrada de Ferro Madeira-Mamoré significou, além de um empreendimento técnico e econômico de grande vulto, um fator sócio-cultural da maior importância

para a vida brasileira. Um contexto novo alterou a condição de vida das populações locais, um ponto distante do território nacional estava sendo desbravado por uma companhia estrangeira trazendo consigo todo um aparato administrativo novo; em torno dos interesses econômicos da região armou-se toda uma trama de relações internacionais.

No dia 1º de agosto de 1912 era inaugurada a ferrovia, com 364 quilômetros, entre Porto Velho e Guajará-Mirim. Estava realizado o sonho e, ironicamente, este seria o último ano em que o Brasil exportava mais borracha que o resto do mundo. A crise da borracha jamais permitiu que a ferrovia tivesse um desempenho comercial à altura de tantos esforços. No dia 10 de julho de 1972 a Estrada

de Ferro Madeira-Mamoré foi definitivamente desativada, depois de 41 anos de sua nacionalização pelo governo brasileiro e 60 de existência. Talvez tenha sido um erro considerar a Madeira-Mamoré apenas uma ferrovia deficitária. Ela integrara-se plenamente aos costumes e necessidades da região. Aquilo que fora (ou é) um símbolo de uma das maiores epopéias deste século servia como meio de transporte regular das populações ao longo de seus trilhos. Agora, num esforço conjugado de diversas entidades, pode-se conseguir não apenas a recuperação do passado heróico, mas também, como é da orientação da Fundação Nacional Pró-Memória, inserir esse bem cultural na vida cotidiana das populações que, afinal, são suas detentoras.



Antiga estação e atual museu da Madeira-Mamoré. Ao lado, uma das velhas locomotivas.

Madre de Deus

A recomposição da beleza

Toda a complexidade que envolve um trabalho de restauração pode ser observada na Igreja da Madre de Deus, em Recife, onde uma equipe de sete operários dedica-se a uma tarefa heróica: reconstituir a exuberante talha que compõe o retábulo do altar-mor, destruído por um incêndio em 1971.

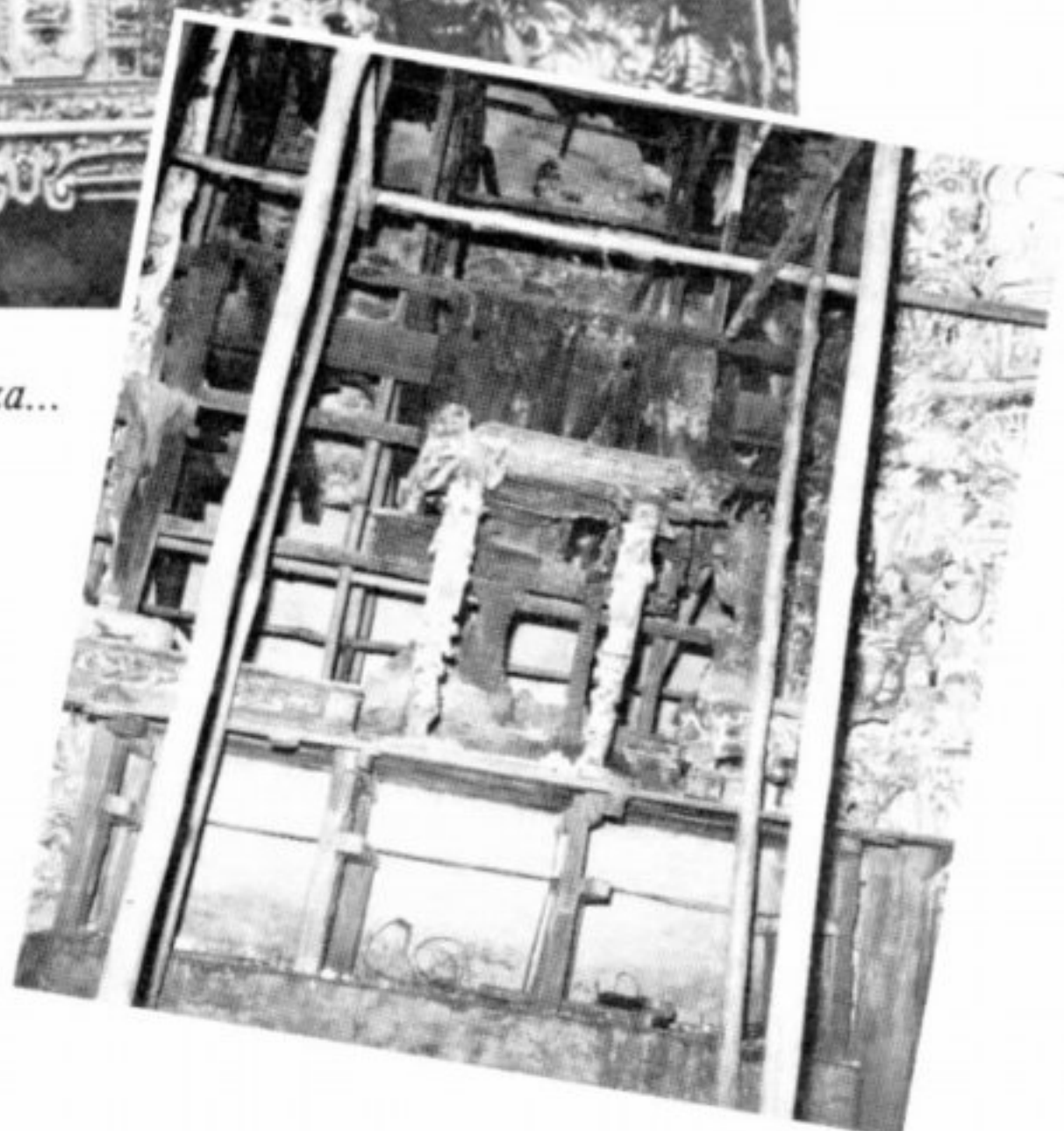
Pouca coisa restou das chamas que consumiram, com muita rapidez, praticamente toda a talha da área central, desde o altar até o tímpano da arcada superior, suportada por colunas salomônicas e onde estavam representados um cálice e a hóstia consagrada, bem como o trono e a própria estrutura de apoio. O incêndio atingiu, também, o teto e as paredes laterais da capela-mor, queimando parcialmente os quadros que as guarneciam e muitos elementos da talha.

Logo depois do incêndio parecia impossível reconstituir tudo o que fora destruído, mas a existência de fotografias em tamanho 30 x 40 cm, cobrindo todo o retábulo, com um nível considerado bom de detalhes, animou os técnicos da 3ª Diretoria Regional da SPHAN a tentarem a restauração.

Formou-se, então, uma equipe, atualmente integrada por dois mestres, dois semi-oficiais, um entalhador e dois ajudantes. Iniciou-se, assim, um trabalho paciente e minucioso, seguindo-se a técnica de desenhar, na sede da 3ª DR, em tamanho natural, as peças a entalhar na oficina. Esse desenho é feito de modo a poder ser transposto diretamente, com grafita, para a prancha de madeira, sendo, às vezes, acompanhado de perfis das peças mais complexas. O tipo de talha vai desde a talha baixa até a talha escultural, incluindo as estruturas de suporte. A madeira utilizada é da mesma qualidade que a da obra primitiva isto é, cedro bem seco.



*Em poucos instantes,
o fogo destruiu toda esta beleza...*



*... da qual restou pouco mais
que cinzas e carvão.*



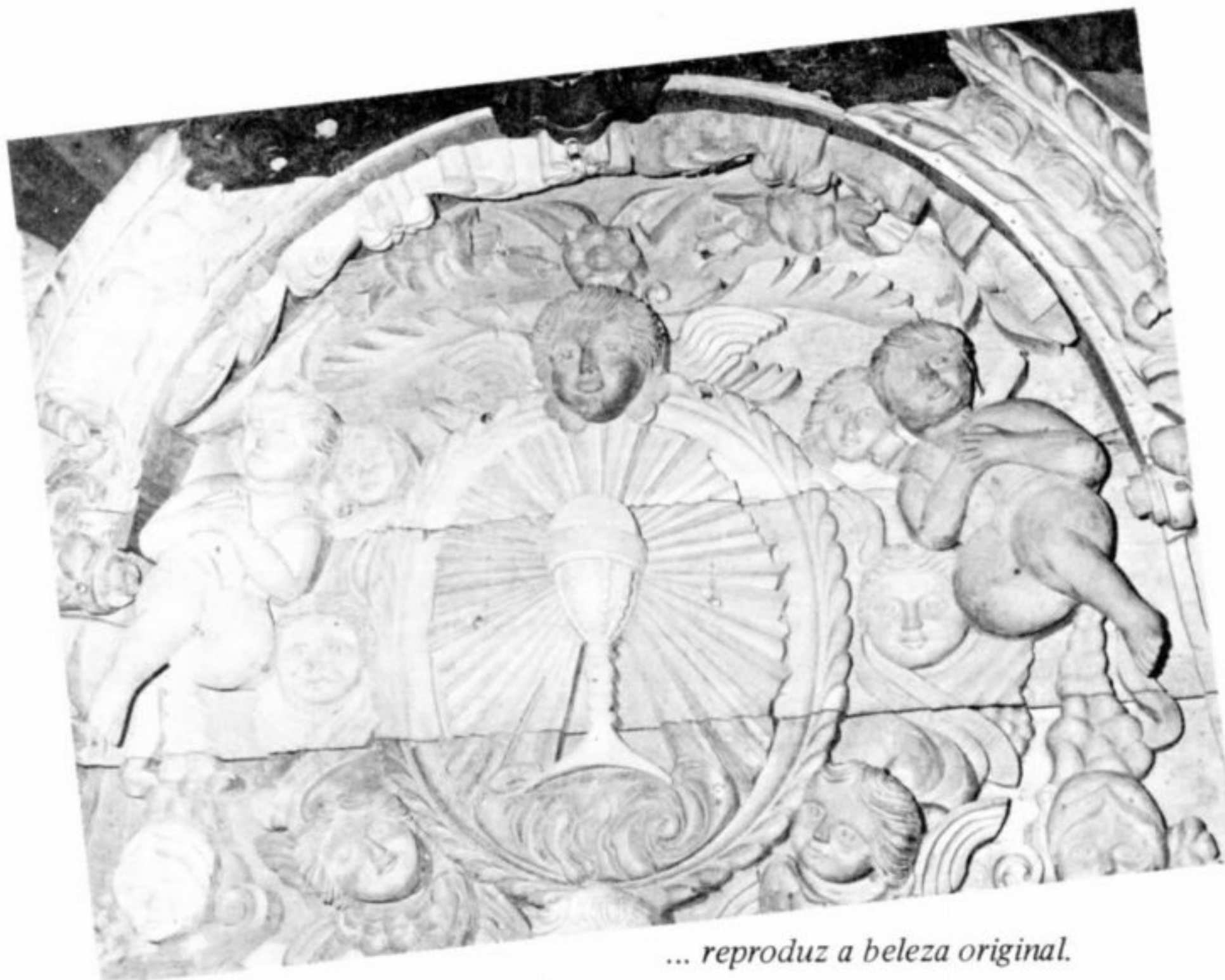
Desenhos em tamanho natural servem de modelo...

VERDADE HISTÓRICA

A Igreja da Madre de Deus foi construída a partir de 1679, mas à época era apenas uma construção de adobe, que mal podia abrigar os fiéis. Por ordem régia de 1754 foi concedido o terreno necessário para implantação de um novo edifício, que é o atual, de grandes proporções pois, antigamente, abrangia o espaço hoje



... ao entalhador que, pacientemente...



... reproduz a beleza original.

ocupado pela Cooperativa dos Produtores de Açúcar e Alcool, atualmente separado da Igreja pela Rua da Alfândega.

Entre 1824 e 1825 aquartelou-se na Igreja um batalhão de linha, que viera combater a revolução em favor da instalação de uma Confederação do Equador. Desde 20 de julho de 1938, a Igreja da Madre de Deus é monumento tombado.

Em 1971 a Igreja sofreu um incêndio provocado, presumivelmente, por deficiências de isolamento, não na instalação elétrica do templo, mas numa rede suplementar, constituída por pequenas lâmpadas montadas sobre condutores móveis, e ligada diretamente ao quadro geral. Ao ser experimentada essa rede, que se destinava a ornamentar o altar-mor para um casamento, uma faísca deve ter provocado o incêndio, destruindo grande parte da talha.

Dada a complexidade da restauração, não há prazo previsível para a conclusão total dos trabalhos que, no entanto, estão bastante adiantados. Por uma questão de respeito à verdade histórica, e de economia, aplicaram-se as peças antigas em que o fogo só atingiu superficialmente, mantendo no retábulo, deste modo, as marcas do incêndio.

Ou, como explica um dos responsáveis pela obra: "A geração que presenciou o incêndio, dado o conhecimento que possuía do retábulo e dos dados que perfeitamente o definiam, é, sem dúvida, a única que está em condições de proceder a sua restauração. Ou o faz com todo o empenho, como vem sendo feito, ou transmite aos que hão de vir um monte de destroços queimados, cujo aspecto incita necessariamente ao seu abandono e perda irremediável".

E completa: "Em obras deste tipo em que cada peça, cada restauração, exige o maior cuidado de análise e, muitas vezes, a reconstituição a partir de elementos carbonizados, não é possível a apresentação de cronogramas. É necessário considerar, também, não só os benefícios do restauro do retábulo, mas os efeitos do funcionamento de uma oficina, constituída por operários já tão raros no Brasil, capazes de dar assistência a quaisquer obras de talha da SPHAN".

GOIÁS

Festa de Santa Bárbara

Dentro da maneira como a Fundação Nacional Pró-Memória vê o trabalho com bens culturais, vale destacar a atuação daquela equipe, que desde julho do ano passado atua junto à comunidade. Durante os contatos mantidos com a população periférica da Cidade de Goiás, os moradores do bairro de Santa Bárbara solicitaram auxílio da SPHAN para a realização da tradicional Festa de Santa Bárbara, que, ao que se dizia, estava praticamente em extinção.

A festa implica na utilização da Igreja do mesmo nome, tombada pelo IPHAN em 1977, bem como na utilização da Imagem da Santa, atualmente no Museu Diocesano de Arte Sacra. Perdido o vínculo original que havia entre a população, o clero — com a descanonização da Santa — e com a SPHAN, a gente do bairro não sabia mais a quem pedir a abertura da Igreja e o acesso à imagem. E foi neste sentido que buscaram a equipe. O trabalho se resumiu a uma intermediação, realizada informalmente, sem ofícios ou memorandos, mas com telefonemas à Diocese e caminhadas à pé entre a Igreja do Rosário e a Rua do Capim, onde se reuniam os elementos da comunidade mais diretamente ligados à organização dos festejos.

Caiada e aberta a Igreja e cedida a Imagem, a população esmerou-se no preparo da Festa, agora completa em todos os seus detalhes. Foguetórios, rezas, novenas, tríduo, prendas, banda, procissão de velas compuseram o renascer da tradição.

Festa que foi, antes de mais nada, uma oportunidade de afirmação dos valores daquela gente como valores legítimos e de grande importância no contexto social da cidade.

O trabalho da equipe durante a festa foi o de recolher material para aprofundamento das reflexões do Grupo, num contexto onde não apenas o monumento deve ser considerado, mas, sobretudo, o contexto onde ele se insere. A ação até agora realizada em Goiás, é um exemplo, embora ainda incipiente, da complementariedade de ações do ex-CNRC e ex-IPHAN, confirmada dentro de uma prática da atual Fundação Nacional Pró-Memória.



Todas as noites, na igreja, houve novenas, rezas e ladainhas. Mas, no dia de Santa Bárbara a missa teve que ser no adro, para que todos pudessem assistir.

Dona Maria, a rezadeira, morreu em dezembro. Agora, a continuidade dos festejos está nas mãos de seu filho, João.



Reunido o Grupo de Acompanhamento do Projeto Calçamento de Goiás

Dando prosseguimento ao trabalho desenvolvido pela 7ª Diretoria Regional da SPHAN e equipe do ex-CNRC, na cidade de Goiás, (IPHAN 2, p. 4) reuniu-se, em Brasília, o Grupo de Acompanhamento com os representantes da Prefeitura Municipal de Goiás, da SUPLAN-GO e das concessionárias do Estado: CELG, SANEAGO e TELEGOIÁS. Na oportunidade e após analisado o documento final, resultante do seminário de 18/19 de setembro/79, o Grupo se posicionou como coordenador de instituições e/ou pessoas capazes e empenhadas nas soluções dos problemas identificados.

Já dentro desta proposta de atuação, as concessionárias estatais apresentaram anteprojetos com detalha-

mento de custo para a elaboração de projetos e implantação das infra-estruturas de água, esgoto e expansão das redes elétricas e de telefonia, com as necessárias adaptações ao Núcleo Histórico. A prefeitura do município, por sua vez, comprometeu-se a enviar à EBTU — Empresa Brasileira de Transportes Urbanos, orçamento estimativo para elaboração do projeto do anel de contorno viário. Outra resolução tirada na reunião foi a de que toda a estrutura de apoio, implicando em contatos com instituições, realizadas até agora somente pela equipe do ex-CNRC e da 7ª DR, passa, automaticamente, à responsabilidade do Grupo de Acompanhamento.

JARDIM BOTÂNICO

do Rio de Janeiro

Com a presença dos Ministros Eduardo Portella e Amaury Stábile, do Professor Aloísio Magalhães, Secretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Presidente da Fundação Nacional Pró-Memória, e do Dr. Carlos Neves Galluf, Presidente do IBDF, Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, diversas outras autoridades, técnicos e ecólogos, o Presidente João Figueiredo lançou, no último dia 21, o projeto de restauração do Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

Durante a solenidade foi ainda assinado convênio entre a SPHAN e o IBDF, instrumento que objetiva estabelecer um regime de estreita, intensa e mútua colaboração entre as partes na realização de estudos, pesquisas, projetos e investimentos que visem a restauração, conservação e proteção de sítios históricos, arqueológicos ou paisagísticos encontrados em unidades de conservação administradas pelo Instituto. Na mesma data foi reaberta ao público a Capela Mayrink, na Floresta da Tijuca, já restaurada, com recursos da SPHAN, IBDF e EMBRATUR. À capela também foram devolvidas quatro telas de Cândido Portinari, recuperadas por iniciativa do antigo IPHAN, em seu laboratório, no Rio de Janeiro.

Com as obras que se iniciam no Jardim Botânico, há tanto tempo aguardadas pela população, pretende-se devolver aos habitantes da cidade uma área de grande importância ecológica e de lazer, trazendo-se de volta o pulmão verde mais solicitado pela população, em plenas condições de visitação. O Jardim Botânico, com seus 137 ha é parte integrante de um conjunto natural de fundamental importância, que associado ao Parque Nacional da Tijuca, Parque da Cidade e às florestas remanescentes do pequeno maciço da Urca, são amostras típicas e represen-



tativas do ecossistema da região, com uma vegetação constituída pela floresta tropical pluvial montanhosa da encosta atlântica, apresentando uma rica e variada composição de plantas e uma fauna bastante variada.

O Jardim Botânico teve sua origem após a fundação da cidade em 1565, quando as florestas foram destruídas pelo homem que extraía a madeira para construção, lenha e carvão, estabelecendo no local atividades agrícolas e pastoris ou urbanizando as terras. Com isso prejudicaram-se os mananciais que abasteciam a cidade de água. O Governo Imperial desapropriou e reflorestou, então, uma vasta área desnuda no maciço da Tijuca, plantando mais de 100.000 árvores nativas, recompondo assim os aspectos de valor ecológico da área. A floresta do Jardim Botânico faz parte deste conjunto. É composta de árvores nativas, típicas da mata atlântica e de espécies exóticas, introduzidas, plantadas ou que se tornaram subespontâneas na mata.

Durante a solenidade, que teve lugar junto à Casa de Pólvora, o Presidente João Figueiredo determinou ainda a restauração de mais quatro imó-

veis que apresentam condições precárias de conservação. O primeiro é o prédio da Administração Central, com construção original do fim do Século XIX, alterada no início deste, quando lhe foram acrescidos dois grandes corpos laterais avarandados; seu telhado, em ardósia, foi substituído por uma cobertura de telhas francesas e o beiral sustentado por mãos francesas deu lugar a uma platibanda em estilo neoclássico. Mais tarde, as grandes varandas foram retiradas para nova reforma. Neste prédio funcionaram os laboratórios, a administração, o herbário e a carpoteca.

O segundo monumento a ser restaurado será o Museu Kuhlmann. Com construção de 1800, época da fundação da Casa de Pólvora, aí funcionava a Casa dos Pilões com grandes mós de pedra que moíam o carvão usado na fabricação da pólvora. Após a transferência da fábrica para o Porto da Estrela, o local foi utilizado como oficina. Reformado, transformou-se na residência onde o taxonomista João Geraldo Kuhlmann habitou durante mais de quarenta anos, quando foi diretor do Jardim Botânico. O terceiro edifício da lista é a Residência Pacheco Leão, construída no final do Século XIX, sendo residência do Diretor do Jardim Dr. Antônio Pacheco Leão, nas primeiras décadas do século. Mais tarde, uma reforma substituiu a cobertura de ardósia por telhas francesas, mudando o desenho dos gradis e demolindo um corpo anexado ao prédio. E finalmente, o Portão Principal. Inicialmente em madeira, o portão foi substituído em meados do Século XIX. Em 1893 construíram um novo portão com um restaurante, com grades e lambrequins em ferro. Neste século construíram o atual, formado por dois corpos de dois pavimentos em alvenaria.

“Bem cultural é fator de desenvolvimento”

Recentemente, em Paris, o professor Aloísio Magalhães, Secretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Presidente da Fundação Nacional Pró-Memória, ao tratar junto à UNESCO o tombamento de Ouro Preto como patrimônio mundial, lançou a idéia de “itinerário cultural”.

Quais as inovações introduzidas pela Fundação Nacional Pró-Memória na conceituação de “bem cultural”?

Aloísio Magalhães — Trata-se, basicamente, da superação do velho critério de “pedra e cal” que, de certo modo, predominou durante tanto tempo no tratamento do patrimônio histórico e artístico. Não se trata de desconhecer a contribuição que este critério trouxe durante este tempo, mas, isto sim, retomar a força do extraordinário documento legal que criou o IPHAN. De fato, o Decreto-lei 25, de 30 de novembro de 1937, conferiu a esta instituição o dever de proteger “o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da História do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”; e, além disto, equiparou a este mesmo princípio de proteção “os monumentos naturais, bem como sítios e paisagens que importa conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana”. Isto é, o curso de um rio pode ser tombado da mesma forma que uma igreja ou um velho sobrado.

Como essas idéias podem agora ser retomadas e viabilizadas pela nova instituição?

O antigo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foi revitalizado por novos recursos humanos e metodológicos advindos da incorporação do Programa de Cidades Históricas e do Centro Nacional de Referência Cultural, podendo assim assumir a responsabilidade de cumprir a dimensão abrangente de bem cultural contida

naquele instrumento legal concebido em 1936 pela admirável visão projetiva de Mário de Andrade e institucionalizado pela ação notável de Gustavo Capanema e Rodrigo Melo Franco de Andrade. Assim, uma idéia como a de “itinerário cultural” torna-se perfeitamente factível. Um exemplo bem concreto é o caso de Ouro Preto: ao invés de ser considerada simplesmente como uma cidade histórica e monumento mundial, ela pode passar a centralizar todo um ciclo histórico, o do ouro, e artístico, o da obra de Aleijadinho, isto é, o “itinerário cultural” do Século XVIII, abrangendo, além de Ouro Preto, as cidades de Mariana, Congonhas, Tiradentes, São João del Rey, Sabará e passamos, assim, a ter uma integração de interesses históricos, artísticos, culturais e turísticos.

Isto conduziria a um trabalho conjunto com outras instituições. . .

— Sim, claro, é exatamente isto. O trabalho de articulação de esforços ou contribuições de diversas instituições é fundamental para nós. Veja apenas dois exemplos. O primeiro, em Ouro Preto mesmo. Eu assumi o IPHAN naquele momento em que Ouro Preto sofria as terríveis consequências das chuvas excessivas do ano passado e tomei este desastre como elemento de catarse, a fim de mobilizar as agências que tinham algo a ver com o assunto. Hoje temos um convênio com a Universidade de Ouro Preto, do qual estão saindo a carta geológica da cidade, um projeto de recriação do herbário com experiências sobre plantas úteis na fixação do solo, um atendimento à comunidade na Casa da Baronesa, etc. Vale mencionar que um órgão como a EMBRATUR, compreendendo este espírito de trabalho, está colaborando conosco em diversos projetos e só para

Ouro Preto destinou uma verba de 25 milhões de cruzeiros. O outro exemplo é o da cidade de Goiás onde, por iniciativa nossa, sentaram à mesa de trabalho representantes da CELG, da TELEGÓIAS, da SANEAGO, CNDU, EBTU, SUPLAN, etc., para um esforço conjunto visando os problemas básicos da cidade. Por que isto? Porque a mim me preocupa muito gastar cinco milhões de cruzeiros na recuperação de uma igreja quando eu sei que a sua comunidade está lutando pela sobrevivência.

Como, então, a SPHAN e a Fundação Pró-Memória encaram a relação de seu trabalho com as comunidades onde se dão as intervenções?

— O IPHAN orientou-se pela idéia de cobrir todo o país, nem sempre ouvindo a comunidade sobre a conservação de seu patrimônio. Não sou a favor desta idéia. Esta postura elitista de tantos anos talvez seja consequência do próprio sistema político brasileiro, no seu sentido histórico e tradicional. A ação que vamos procurar empreender é tentar fazer com que a comunidade, nos seus afazeres e na sua vida, se conscientize de sua ambiência cultural. Isto é, temos que procurar dar à comunidade um status de vida que lhe permita entender por que determinado prédio está sendo preservado. Em outras palavras, a própria comunidade é a melhor guardiã de seu patrimônio.

Mas o nome do novo órgão, Fundação Pró-Memória, não guardaria ainda conotações aristocráticas e passadistas?

— Não, desde que se entenda por Pró-Memória um conjunto de ações integradas e organicamente estruturadas com o objetivo de identificar, documentar, proteger, classificar, restaurar e revitalizar bens do patrimônio cultural brasileiro, propiciando à comunidade nacional melhor conhecimento, maior participação e o uso adequado desses bens. Isto é, o conceito de memória é tomado aqui no sentido dinâmico, como elemento vivo, aberto às modificações e alterações que ocorrem ao longo do processo histórico. Somente pela compreensão deste processo como um todo, isto é, os elementos do passado interagindo com os do presente e proporcionando uma visão do futuro, se poderá estabe-

lecer de forma harmoniosa a continuidade de nossa trajetória cultural. Desta forma, a Pró-Memória atuará de forma descentralizadora e ágil, como elemento catalisador de energias, recursos humanos, metodológicos e financeiros, interagindo com organismos regionais, públicos e privados, interligando problemas comuns e distinguindo os peculiares dentro da heterogeneidade e dos níveis de especificidade do mosaico cultural brasileiro.

A propósito, esta questão da heterogeneidade e da homogeneização parece ser um dos mais graves problemas com que se defrontam hoje todos os países. Como a Pró-Memória vê o assunto?

— Realmente esta perda da identidade, esta progressiva redução dos valores e peculiaridades próprios a cada cultura, esta homogeneização é a face negativa do acelerado processo de integração universal determinado pelo avanço tecnológico, que se propaga através de duas vertentes principais: a tecnologia do produto industrial e a tecnologia da comunicação audiovisual. Esse binômio comunicação massificada/produto massificado gera uma falsa integração, o aparecimento de necessidades injustificadas e expectativas inatingíveis... E este é um fenômeno que ocorre, com variações, tanto em países produtores quanto em países importadores de tecnologia. Aqui no Brasil a assimilação das culturas de nossa formação original se bem tenha atingido razoável grau de sedimentação, há um contínuo enriquecimento por novos ingredientes. Resultam ainda frágeis os indicadores de nossa identidade cultural, mas apesar disto, não deixam de ser importantes como instrumentos para a formulação de nossa política de desenvolvimento.

Em sua opinião, como se daria esta relação entre as necessidades desenvolvimentistas e a preservação de uma identidade cultural?

Se a perda de identidade cultural e o empobrecimento que isto representa se impõem à reflexão dos estudiosos das áreas humanísticas, mais importante ainda é que os formuladores das políticas nacionais estejam persuadidos de que não haverá desenvolvimento harmonioso se na elaboração das políticas econômicas não

forem levadas em consideração as peculiaridades de cada cultura. Os programas de desenvolvimento econômico que baseiam a criação de riquezas principalmente na importação de tecnologias revelam-se insatisfatórios, quer pela demora na redistribuição dos benefícios, quer pela gradativa perda da autonomia nacional, a dependência econômica e cultural, a perda do caráter nacional.

Como se pode enfrentar hoje este tipo de problema no caso do Brasil?

— Nos últimos quinze anos o Brasil viveu um período de intensa centralização de poder, visando o equacionamento dos grandes projetos ligados à organização de sua infra-estrutura, inadiável em face dos problemas internacionais e do nosso posicionamento como nação emergente. Nesta transição do mundo subdesenvolvido para o desenvolvido, só através de uma infra-estrutura consolidada poderemos assegurar nossa soberania, estabelecendo o que queremos ser e o que podemos vir a ser como nação autônoma. Se é válida a tese das alternâncias entre situações opostas, que parece caracterizar o processo brasileiro, àquele período começa a suceder agora a tendência à descentralização do poder decisório e executório e a procura de novos valores em nossas bases culturais onde se exprimem os anseios e necessidades da comunidade. Considerando o desenvolvimento como a busca de uma síntese harmoniosa, produzida pelos componentes diversificados e mesmo paradoxais de nossa cultura, é de se supor que a ação político-econômica se processe em dois planos: ao nível macro, das infra-estruturas de apoio; e ao nível micro, de identificação de necessidades ligadas ao comportamento e hábitos, usos e costumes da comunidade. Os dois níveis, embora opostos, não estão distanciados ou desassociados, mas devem interagir em processo de histórica correção e equilíbrio. Aqui, reafirmamos que as políticas econômica e tecnológica do país necessitam reinserir os bens culturais nacionais para concretizarmos um desenvolvimento autônomo.

Assim retornamos ao conceito de "bem cultural" que, como se sabe, nem sempre tem sido bem compreendido no Brasil.

— Exato. Ocorre que o conceito

de bem cultural no Brasil continua restrito aos bens móveis e imóveis, com ou sem valor criativo próprio, impregnados de valor histórico, ou aos bens da criação artística individual espontânea, quase sempre de apreciação elitista. Aos primeiros deve-se garantir a proteção que merecem e a difusão que os torne amplamente conhecidos. Aos segundos, basta assegurar-lhes a liberdade de expressão e os recursos necessários à sua concretização. Mas, permeando essas duas categorias existe vasta gama de bens, procedentes sobretudo do fazer popular, que por estarem inseridos na dinâmica viva do cotidiano não são considerados como bens culturais nem utilizados na formulação das políticas econômica e tecnológica. No entanto, é a partir deles que se afere o potencial, se reconhece a vocação e se descobrem os valores mais autênticos de uma nacionalidade.

Como fazer para que esses bens possam participar como instrumento de nosso processo de desenvolvimento?

— Entre as várias iniciativas possíveis, podemos mencionar duas. A primeira, de caráter mais institucional, é aquela, já citada de revitalizar um órgão como o IPHAN na perspectiva inspirada por Mário de Andrade. Assim, não há criação de nova instituição, mas a dinamização de uma já existente, que passa a cobrir maior espectro de bens culturais: desde o universo cultural de um produto brasileiro como o caju até os monumentos holandeses do Cabo de Santo Agostinho, desde as indústrias de emigrantes em Santa Catarina até as cerâmicas de Tracunhaem, da tecelagem do Triângulo Mineiro ao artesanato indígena do Centro-Oeste. A segunda é mais complexa, pois envolve a política administrativa e governamental como um todo. Trata-se de pensar que os problemas com que se defrontam os administradores de uma nação como o Brasil transcendem o campo da especialização ou da compartimentalização específica de um só ministério ou agência e se inserem no domínio da interdisciplinaridade, são naturalmente multi-institucionais. De tudo que dissemos até agora uma coisa parece evidente: a certeza de que a realidade brasileira contém riquezas que ainda permanecem desconhecidas e como que protegidas por um imenso tapete que as encobre e abafa. Para descobri-las e conhecê-las dispomos de um admirável potencial humano, rico de invenção e tolerância. Resta-nos trabalhar, mantendo-nos conscientes de nossa responsabilidade social.

A etapa final para o funcionamento

Estão em desenvolvimento os estudos preliminares para estabelecer o sistema de funcionamento da Fundação Nacional Pró-Memória, a cargo de uma equipe de técnicos e especialistas nas áreas jurídica, recursos humanos, planejamento, finanças, material e patrimônio. Ao mesmo tempo, prepara-se o regimento interno da Fundação e discute-se com a Secretaria de Planejamento da Presidência da República o volume total de recursos que será destinado ao novo organismo, estando assegurados, desde já, os Cr\$ 250 milhões previstos na lei que criou a Fundação.

Em 16 de janeiro, o Presidente da República, João Figueiredo, baixou o Decreto nº 84.396 que aprova o estatuto da Fundação Nacional Pró-Memória e autoriza o Ministério da Fazenda a transferir ao novo organismo a administração e exploração dos próprios nacionais que se encontrem arrendados ou alugados a terceiros. Na mesma data, através de outro Decreto, o Presidente da República nomeou o Secretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Aloísio Magalhães, para exercer as funções de presidente da Fundação Nacional Pró-Memória. Assim, mantendo o mesmo ritmo que possibilitou a aprovação da lei que criou a Fundação no tempo recorde de 12 dias, já em 24 de janeiro, oito dias depois dos Decretos presidenciais, obtinha-se o registro da Fundação Nacional Pró-Memória no Cartório do 1º Ofício de Brasília.

Por sua vez, a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que substituiu o antigo IPHAN, obteve autorização para continuar gerindo, excepcionalmente, o Fundo Especial que integrava o extinto organismo, o que possibilitou, por exemplo, que o saldo orçamentário de 1979 fosse transferido para o atual exercício, permitindo melhor aproveitamento

dos recursos financeiros. Essa autorização vigorará até ser aprovado pelo Ministro da Educação e Cultura, Eduardo Portella, o regimento da SPHAN, atualmente em elaboração. Desta forma, trabalha-se para que a organização das novas instituições aconteça de forma harmônica, sem prejuízos para a tarefa de preservação dos bens culturais.

ESTATUTO

A finalidade da Fundação Nacional Pró-Memória, de acordo com o estatuto aprovado pelo Presidente da República, é a de “contribuir para o inventário, a classificação, a conservação, a proteção, a restauração e a revitalização dos bens de valor cultural e natural existentes no País”. O patrimônio da Fundação é constituído pelos “bens móveis e imóveis da União que estavam em uso ou sob a guarda e responsabilidade do extinto Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional” e dos “bens tombados, atuais e futuros, móveis e imóveis, da União”. O patrimônio da Fundação poderá ser acrescido de “doações e legados recebidos de pessoas físicas ou jurídicas ou de entidades nacionais, estrangeiras e internacionais”, além dos “bens e direitos que adquirir”. Os recursos financeiros da Fundação serão provenientes de “dotação orçamentária consignada anualmente no Orçamento Geral da União”; “auxílios e subvenções da União, Estados e Municípios ou de quaisquer entidades públicas ou privadas nacionais, estrangeiras ou internacionais”; “taxas e emolumentos fixados pelo Conselho Curador, com observância da legislação específica”; “resultado de operações de crédito e juros bancários”, além de “receitas diversas e eventuais”. Além do presidente, já escolhido, a administração superior da Fundação

Nacional Pró-Memória terá um Conselho Curador, composto de cinco membros titulares, e respectivos suplentes, a serem nomeados pelo Ministro da Educação e Cultura, com mandato de três anos, permitida uma só recondução. O presidente da Fundação exercerá a presidência do Conselho Curador.

Ao Conselho compete, entre outras atribuições, “decidir sobre a programação anual da Fundação e aprovar a sua proposta orçamentária, compatibilizadas com as diretrizes emanadas da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”; “verificar a regularidade dos atos de sua gestão financeira e patrimonial”; “deliberar sobre alterações do estatuto a serem submetidas ao Governo Federal” e “aprovar as normas sobre aquisição, licitação, guarda, movimentação e alienação de bens e serviços necessários à Fundação”. O Conselho se reunirá quando convocado pelo presidente da Fundação ou por requerimento da maioria dos seus membros.

O presidente da Fundação tem entre as suas atribuições definidas no estatuto, as seguintes: “orientar e superintender as atividades da Fundação”; “presidir as reuniões do Conselho Curador, com direito de voto, além do de qualidade”; “expedir o Regimento Interno”; “articular-se com entidades nacionais, estrangeiras e internacionais, a fim de obter cooperação de qualquer natureza”; “representar a Fundação ativa e passivamente, em Juízo e fora dele, podendo constituir mandatários”; “firmar convênios, contratos e acordos” e “convocar o Conselho Curador”.

O estatuto estabelece, ainda, que a Fundação terá sede e foro no Distrito Federal e que terá Quadro Permanente de Pessoal regido pela legislação trabalhista, a ser aprovado pelo Ministro da Educação e Cultura.

Mário de Andrade

Sempre presente

A 25 de fevereiro de 1945 morria em São Paulo, aos cinquenta e dois anos de idade, na sua casa da Rua Lopes Chaves, o poeta e polígrafo Mário de Andrade.

A reação da intelectualidade brasileira diante da falta prematura de Mário foi de estorpecimento e de uma consciência forte de perda. "No chão me deito, à maneira dos desesperados" — este verso de Drummond, sob o impacto da notícia da morte de Mário, poderia ser coletivamente incorporado pelos seus contemporâneos de diversas gerações: Paulo Duarte, Manuel Bandeira, Rodrigo Mello Franco de Andrade, Sérgio Buarque, Sérgio Milliet, Henriqueta Lisboa, Oneyda Alvarenga, Antônio Cândido, Vinícius de Moraes, Fernando Sabino, Alphonsus de Guimaraens Filho, Otto Lara Resende, Paulo Mendes Campos. Para citar apenas alguns nomes da numerosa família de amigos com que o autor de *Macunaíma* manteve o diálogo contínuo ou esporádico que importava pela globalidade da atenção aí dispensada a cada interlocutor, pela responsabilidade moral de quem sempre acreditou que, em arte, "pesquisa técnica é já pura e livre expressão, é criação", pois, "a plástica ou o som, em si, tem por destino despertar comoções estéticas, enfim a comoção e o sentimento da beleza".

"O que é preciso dizer", continua Mário em carta de 1940 a Luís Martins, "é que carecemos por essa comoção estética ao serviço da Arte, que é uma coisa de enormíssima complexidade, em que entram *necessariamente, fatalmente*, elementos anestésicos ou paraestésicos, de ordem social ou individual".

Havendo assim retratado com as próprias palavras dele uma das preocupações básicas de Mário de Andrade, que se revestiu de diferentes nuances ao longo de sua obra, vê-se que agora, 35 anos depois de morto, a intenção de encarnar a má consciência do seu tempo conferiu a muitos dos seus juízes um acerto permanentemente atualizado.

Principia-se a realizar-se a previ-



Repositório do Município de S. Paulo
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CULTURA

1. Pareto 23 - 2 - 36

Rodrigo

*para com urgência - com
me mandam dizer qual a situação
federal e local do Serviço do Patrimônio
Histórico e Artístico Nacional, que
não dirige - é lei? o que é? Já
tem Regulamento? qual? ou fazer
me mandar a lei, o ato, a deci-
são oficial do Conselho Técnico, ou fazer
o que houver. E aí já tem Regu-
lamento, mandar também. Se não
tem Regulamento, o Estado não cria
agora organismo maior ou menor
voluntário, a instituições mínimas, e
de acordo com o meu projeto: e
o deputado encarregado do pro-
pósito de lei, tem de articular como
serviço um o de outro.*

Bias com abraço

Ym

são feita por Antônio Cândido em 1940: (...) "Mário de Andrade será um dos escritores mais estudados, comentados e debatidos em nossa futura história literária. E é possível (assim aconteceu a Machado de Assis) que apenas trinta ou quarenta anos depois da sua morte a posteridade consiga traçar, de maneira mais ou menos satisfatória, o perfil literário e humano deste homem cheio de refolhos e máscaras, deste escritor multiplicado".

Poeta, musicólogo, historiador de artes visuais, crítico literário, abordando com ensaios percucientes áreas do saber atinentes às ciências sociais e humanas, não discriminando entre os seus objetos de estudo as manifestações tidas como eruditas e aquelas procedentes do povo, Mário de Andrade constitui hoje, realmente, um dos grandes pólos catalisadores da atenção acadêmica e das novas tendências em arte.

Ensaio primoroso como o de Gilda de Mello e Souza — *O Tupi e o Alaúde* — que revê *Macunaíma* à luz da meditação estética em que se encontram imbricados "a análise do fenômeno musical e o processo criador do populário"; o levantamento sistemático da obra marioandradina em-

preendido, a par de interpretações críticas de grande categoria, por Telê Porto Ancona Lopez; a revisão do interesse de Mário por uma consciência latino-americana, iniciada em estudos de literatura comparada como o de Emir Monegal; a encenação, verdadeiro marco da arte cênica que foi *Macunaíma* de Antunes Filho, fiel à visão do Brasil pelo autor como "uma neblina vasta", indefinida entre a escolha do modelo europeu e o privilegiar das transformações nacionais; enfim, a presença do autor de *Paulicéia Desvairada* no cinema ficcional ou documentário de Joaquim Pedro e Carlos Augusto Calil, na retomada intencional do coloquialismo modernista pela recente poética "marginal", constituem sinais da crescente valorização do poeta e pensador paulista pelo juízo contemporâneo. E é preciso não esquecer que o pensamento de Mário se reflete, até hoje, nas alternativas polêmicas com que se confrontam os compositores de música erudita, divergindo entre uma reavaliação do populário e uma linguagem internacional alicerçada em matrizes européias.

O legado intelectual de Mário de Andrade revela-se, também, fonte indispensável a indivíduos e instituições voltados para a identificação, o registro e a preservação das manifestações culturais em todos os níveis. E que pretendem, ainda, favorecer os meios em que aquelas manifestações culturais possam permanecer e transformar-se em permanente equilíbrio com o universo ecológico, induzindo, como desejável consequência, o aprimoramento da organização social.

Em homenagem a Mário de Andrade — autor do anteprojeto que criou em 1937 o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — a SPHAN publicará a sua correspondência inédita com Rodrigo M. F. de Andrade, onde se patenteia o alcance da ação de ambos para que se tenha formado e consolidado entre os brasileiros uma política abrangente de conceitualização, preservação e apoio ao desenvolvimento das manifestações de cultura.

SEGUNDO CURSO DE CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE BENS CULTURAIS MÓVEIS

Dentro dos objetivos do Programa de Cidades Históricas encontra-se a formação e capacitação de recursos humanos especializados, em nível superior, intermediário e operário, como também a formação e aperfeiçoamento de pessoal especializado em técnicas de criação artística e artesanal. Neste sentido, vários cursos e seminários têm sido realizados por iniciativa do PCH em convênios com outros órgãos.

Recentemente, por exemplo, encerrou-se o Segundo Curso de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis, de nove meses de duração, realizado na Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais, fruto de convênio entre esta entidade, a SEPLAN/PR e o antigo IPHAN.

Do curso dirigido a candidatos com diploma de graduação ou segundo grau completo, mas exercendo função ligada ao setor de conservação e preservação de bens móveis, constaram disciplinas como Análise Estética da Obra de Arte, prof. Moacyr Laterza; Materiais Usados em Restauração, prof. Ernest Paulini; Conservação e Restauração de Pinturas, prof. João José Rescala; Barroco no Brasil, profa. Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira; Conservação e Restauração de Papéis, profa. Maria Romano Schreiber; Fungicidas e Inseticidas, prof. Ernest Paulini; Restauração de Escultura e Peças de Madeira, prof. Jair Afonso Inácio; Prática de Conservação e Restauração de Papéis, profa. Maria Luiza Salgado e Imaginária Pré-Industrial Brasileira, prof. Orlandino Seixas Fernandes. Além destas matérias houve trabalhos práticos de restauração em atelier, orientados por Geraldo Francisco Xavier Filho, Adair Evangelista Marques, Ieda Franco de Faria, Maria Luiza Querini e Mariza Troncoso de Almeida, que partiram de um primeiro diagnóstico de cada uma das obras a serem trabalhadas, analisando tema, autor, época, procedência, estado de conservação, etc. A partir do primeiro diagnóstico, era realizada análise detalhada de seu estado de conservação, do-

cumentação fotográfica, exames de laboratório, operações de conservação para deter o processo de deteriorização, após o que se executava a restituição dos valores estético-históricos e sua apresentação estética definitiva, ou seja, o nivelamento, a reintegração das lacunas, a montagem em chassis, a aplicação de vernizes protetores e a colocação de moldura.

A primeira fase do curso restaurou seis pinturas sobre tela, de propriedade da Prefeitura Municipal de Santa Luzia e três do Grupo Escolar Pedro II, de Belo Horizonte. Na segunda fase dos trabalhos os alunos restauraram oito esculturas, duas delas pertencentes ao Museu de Caetés e seis da Prefeitura de Santa Luzia; três ex-votos, da Basílica de Congonhas do Campo, além de quatro notificações, dez ações da Companhia Hidráulica de Porto Alegre, sete cartas, um manuscrito, doze gravuras, oito aquarelas, um diploma e uma vista, todos pertencentes

ao Museu do Ouro, de Sabará.

A segunda fase do curso contou também com a participação de três especialistas da UNESCO, professores Josep Xarrié Rovira, especialista em esculturas policromadas, Martha Plazas de Fontana e Guillermo Joiko Henriquez e que foi considerada, pela coordenadora do curso, Beatriz Ramos Coelho como "fundamental, por contribuírem com informações modernas, atualizadas, bem diferentes das que vêm sendo tradicionalmente adotadas no Brasil".

O Terceiro Curso de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis, que dá prosseguimento ao programa de formação de mão-de-obra, agora já com a chancela da SPHAN, terá início ainda este mês, também na Escola de Belas Artes da UFMG, em Belo Horizonte. O quarto da série está sendo programado, ainda para 1980 e deverá ser realizado em Salvador, BA.



Martha Plazas, consultora da UNESCO, durante um trabalho prático de restauração em atelier

SEMINÁRIO DE JORNALISTAS UNESCO/SPHAN

Realizada na sede da SPHAN, em Brasília, reunião entre representantes da Secretaria e os Senhores Fernando Ainsa e Wilfried Woell, da UNESCO, para que se discutisse a oportunidade da realização, no Brasil, de um Seminário Internacional de Jornalistas para a Preservação do Patrimônio Cultural e Natural.

Tal evento, que teria o patrocínio das duas entidades, contaria com a participação de jornalistas especializados na área cultural e credenciados pelos principais meios de informação da América Latina, Europa, Estados Unidos e África. A realização de tal encontro dá prosseguimento a um programa da UNESCO que já promoveu seminários congêneres em vários países que possuem sítios inscritos na lista do Patrimônio Mundial, tais como o Equador, Itália, Polônia e Alemanha Federal. Os entendimentos entre a SPHAN e a UNESCO, visando a realização do evento, se prende à inscrição do conjunto arquitetônico, paisagístico e histórico de Ouro Preto na pauta da próxima reunião do Comitê do Patrimônio Mundial, para tombamento como monumento internacional. Contatos oficiais com o Ministério das Relações Exteriores, SUBIN e EMBRATUR já estão em andamento e a data prevista para o Seminário é janeiro do próximo ano, com um circuito que prevê, em princípio, visitas orientadas e seminários no Rio de Janeiro, Ouro Preto, Mariana, Congonhas do Campo, Brasília, Salvador, Recife e Olinda.

VI CURSO DE RESTAURAÇÃO DE MONUMENTOS E CONSERVAÇÃO DE SÍTIOS HISTÓRICOS – CUZCO/PERU

Será realizado entre 17 de julho e 5 de dezembro de 1980, na cidade de Cuzco, Peru, o VI Curso de Restauração de Monumentos e Conservação de Sítios Históricos, como parte das atividades de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, do Projeto Regional do Patrimônio Cultural UNESCO/PNDU. Tal evento conta também com a colaboração do Instituto Nacional da Cultura e da Universidade San Antonio Abad, de Cuzco.

O curso contará com a presença de destacados professores e profissionais no Campo da História da Arquitetura, Conceitos e Técnicas de Restauração e em Tratamento de Sítios Históricos como conjuntos monumentais e vivos.

Além da cooperação financeira do Projeto Regional do Patrimônio Cultural UNESCO/PNDU, está sendo igualmente tentada uma contribuição por parte das autoridades peruanas e aportes de organismos internacionais como o IILA.

A participação prevê no máximo trinta alunos e o Projeto Regional está em condições de oferecer duas bolsas para cada um dos países signatários, ou seja, Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Chile, Equador, Peru e Venezuela. Além destas bolsas, os governos da região, Universidades e entidades culturais poderão indicar candidatos para o preenchimento das dezoisete vagas restantes.

A SPHAN indicará candidatos que estejam trabalhando em projetos da área tema do curso, em organismos federais, estaduais ou municipais ligados à Secretaria por qualquer projeto conjunto. Os interessados deverão se dirigir à Área de Comunicação – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Setor Comercial Norte – Quadra 2 – Bloco K – 70.710 – Brasília – DF, ou solicitar informações pelos telefones (061) 226-6250, (061) 226-6400 e (061) 226-5925, ramais 30 e 31, com a maior urgência.

CATEDRAL DE BRASÍLIA NA VISITA DO PAPA

Quando chegar ao Brasil, no próximo mês de julho, o Papa João Paulo II deverá encontrar finalizado o conjunto arquitetônico da Catedral Metropolitana de Brasília, uma das mais conhecidas obras de Oscar Niemeyer. Providências neste sentido estão sendo tomadas, pela 7ª Diretoria Regional da SPHAN, visando basicamente a construção do prédio anexo à Catedral.

A Catedral de Brasília é monumento tombado desde antes do término de suas obras. No ano passado, a 7ª DR, como responsável pela autenticidade do andamento de qualquer obra do conjunto, fiscalizou a execução dos jardins que contornam o prédio.

Ainda no ano passado, em visita a Brasília, Oscar Niemeyer tratou, entre outros assuntos, do desenvolvimento do Projeto do Prédio Anexo à Catedral e, nos contatos com as autoridades eclesásticas de Brasília, foram levantadas as atuais necessidades da obra. Outras necessidades para que se dê por terminado o Conjunto de Edificação do Projeto da Catedral foram também passadas a Niemeyer, tais como: segunda camada da cobertura, iluminação interna e externa, conclusão do batistério, túnel de comunicação entre a Catedral e o Prédio Anexo, piso da plataforma e abrigo para as floristas.

O projeto do prédio anexo já está pronto e as soluções para as demais necessidades estão sendo ultimadas por Niemeyer. No momento, então, a principal preocupação é providenciar para que tudo fique pronto a tempo da visita de João Paulo II.

LEVANTAMENTO DE BENS CULTURAIS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Desde o tempo de Maurício de Nassau e das grandes expedições científicas do século passado, acumulou-se em museus e coleções particulares do exterior, grande número de objetos e documentos que pela sua vinculação com o Brasil, em sentido amplo, fazem parte do nosso patrimônio cultural.

Na SPHAN, encontra-se em fase preliminar de organização uma pesquisa que pretende realizar um levantamento de informações sobre a locali-

zação e características destes bens culturais brasileiros que se encontram no exterior. Considera-se esta proposta não só oportuna, como indispensável para um melhor conhecimento da nossa história, bem como para o estudo da evolução das artes e da antropologia no Brasil. Tal levantamento, dada suas dimensões implicará em um trabalho conjunto, com diferentes graus de envolvimento, entre o MEC e através da Fundação Nacional Pró-Memória, o Ministério das Relações Exteriores, museus e instituições do exterior, embaixadas estrangeiras no Brasil e especialistas e estudiosos brasileiros que se dedicam ao assunto.

EMBRATUR APÓIA AÇÃO DA SPHAN

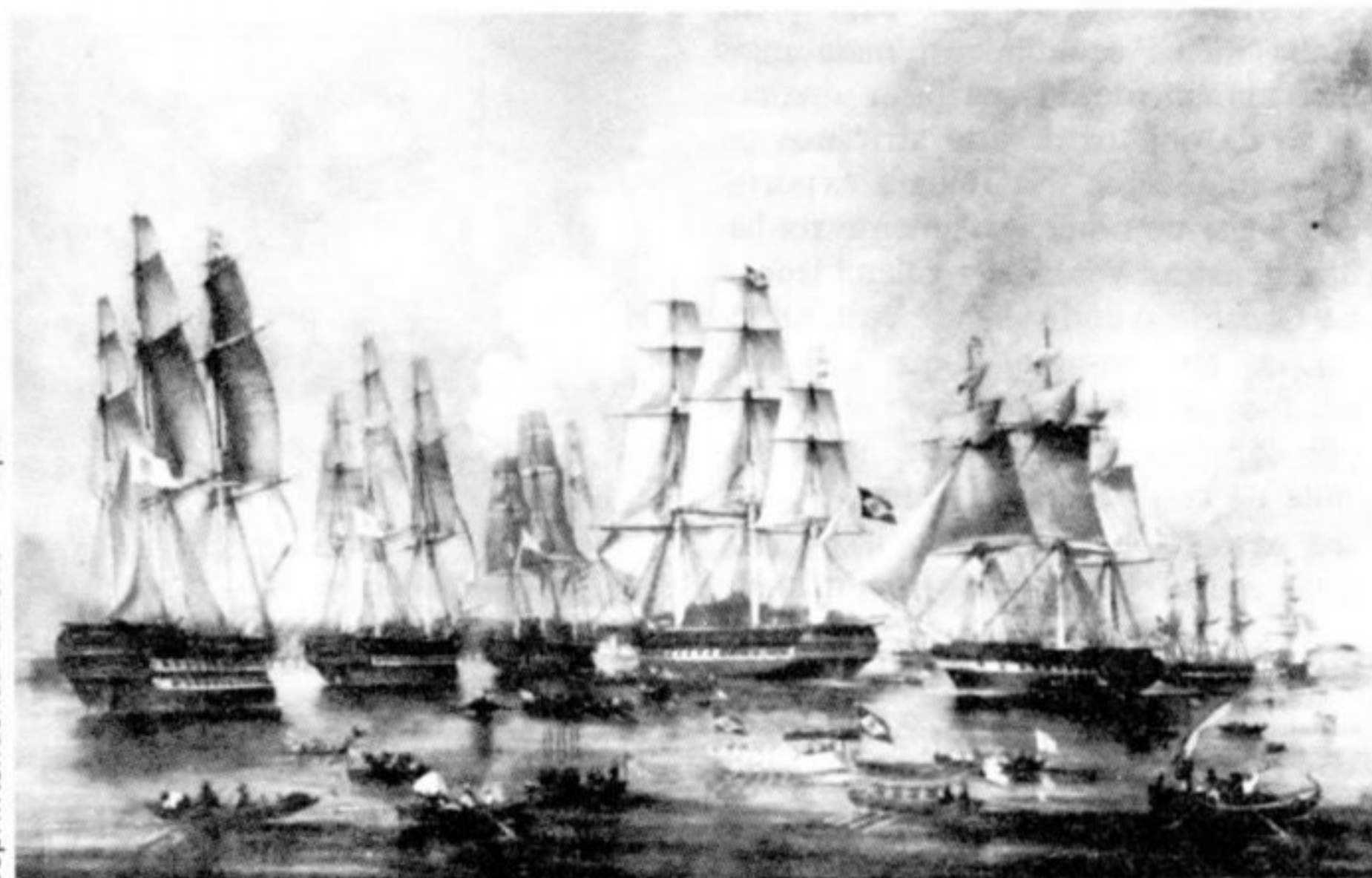
Uma das principais preocupações da SPHAN e Fundação Nacional Pró-Memória é a integração de esforços com outras entidades. Neste sentido, tem sido da maior relevância o trabalho conjunto que vem sendo realizado com a EMBRATUR — Empresa Brasileira de Turismo, cujos interesses coincidem, em grande parte, com aqueles de restauração, preservação e revitalização de bens culturais.

A título de exemplo, merecem ser mencionados alguns convênios como o que destinou 25 milhões de cruzeiros da EMBRATUR dos quais 9 milhões para o convênio entre a SPHAN e a Universidade de Ouro Preto, com vistas, principalmente, às obras de geologia destinadas a recuperar ou prevenir deslizamentos de terras causados pelas chuvas de 1979 e que ameaçavam o patrimônio daquela cidade.

Outro convênio a ser destacado é aquele voltado para um projeto integrado na região histórica em torno de Belo Horizonte. Através dele está em fase de conclusão um levantamento espeleológico e de utilização turística e científica de 1.100 grutas entre a capital mineira e a cidade de Minas Novas, com financiamento conjunto IPHAN-CNDU-EMBRATUR. Neste mesmo projeto estão sendo feitos os planos urbanos e o cadastramento dos bens de interesse histórico das cidades do circuito do diamante, o que gerou um Atlas dos Monumentos, um Guia Turístico e investimentos na estrutura urbana daquelas cidades. Ainda neste projeto está em andamento um estudo do Parque da Serra do Cipó, com levantamento de sua delimitação, propriedades, flora e fauna e uma proposta de utilização para turismo e lazer.

Nesta perspectiva de trabalho conjunto, a SPHAN e seu Programa de Cidades Históricas conduzem os estados, ao montarem seus planos de restauração, a produzirem informações e roteiros turísticos para a EMBRATUR, de forma a que todos os trabalhos gerem subprodutos tais como guias, atlas, material fotográfico etc., além de discussões técnicas sobre metodologias de utilização do patrimônio turístico-cultural.

De certa forma pode-se dizer que



Soprintendenza Gallerie — Napoli

A chegada ao Rio, em 1843, das esquadras brasileira e napolitana, que trouxeram ao Brasil a imperatriz Theresa Christina. O quadro encontra-se no Museu Nacional

de S. Martino, em Nápoles, como de autor desconhecido, sendo atribuído, pelo Embaixador João Hermes Pereira de Araújo, a Eduardo de Martino.

PCH LIBERA 28 PROJETOS

O Grupo de Trabalho SPHAN/SEPLAN para o Programa de Cidades Históricas realizou sua primeira reunião de 1980, decidindo enquadrar para fins de contratação vinte e oito projetos de preservação de bens culturais em vários estados. Esta primeira lista consta de projetos já concluídos e que estavam em carteira aguardando enquadramento, pois encontravam-se em condições de assinatura de convênio em 1979 e não foram contratados devido à desativação temporária do PCH para fins de transferência para a SPHAN.

Estes projetos envolvem quantia da ordem de 140 milhões de cruzeiros, incluindo as contrapartidas estaduais, e contemplam obras diversas nos seguintes estados: Maranhão, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Agora a SPHAN deverá examinar e emitir parecer técnico sobre cada projeto, antes da contratação.

O Grupo de Trabalho volta a se reunir neste mês de março a fim de discutir os Planos Estaduais de preservação de bens culturais para 1980, quando então decidirá sobre a prioridade para fins de enquadramento dos demais projetos.

a integração de esforços entre a SPHAN e a EMBRATUR representa a preparação do ambiente, que é feita pela primeira, para sua melhor utilização, promovida pela segunda. Da mesma forma que em Minas Gerais, novas possibilidades de um trabalho deste tipo já se abrem em São Luís, MA, no projeto de revitalização do Porto de Praia Grande.

CONCLUSÃO DE OBRAS EM SERGIPE

Estão concluídas as obras de restauração do sobrado da Avenida Gracho Cardoso, esquina de Gustavo Dorea, na cidade de Propriá — SE, realizadas pelo DEP, em convênio com a SEPLAN/PR e a SPHAN, e que será utilizado como Fórum de Propriá.

O Sobrado, que possui imponente volumetria, destaca-se como o imóvel mais significativo do logradouro onde se localiza; suas fachadas, muito bem trabalhadas, revelam a boa combinação de cores utilizada na restauração: o cinza nas partes lisas, o branco nas molduras de massa (cunhais, cimbras) e o azul escuro. O pavimento térreo será ocupado com o Salão do Júri, salas para o Juiz, Promotor e advogados e sanitários públicos. O primeiro pavimento receberá cartórios, apartamentos para o Juiz e Promotores e no sótão será instalado o Cartório.

Outra obra concluída, no início deste ano, no Estado de Sergipe, é a do Sobrado da Praça da República, no município de Laranjeiras, onde foram realizados trabalhos de estabilização, restauração e adaptação ao uso. Os relatórios de inspeção técnica, realizados pela 4ª Delegacia Regional da SPHAN, abordam o correto trabalho de pintura realizado nas fachadas, utilizando o cinza nas áreas lisas, o branco nas molduras de massa e o verde nas esquadrias e a finalização das obras no telhado, com estrutura pesada em concreto armado e estrutura leve em madeira, com as telhas — capa e bica — grampeadas.

O Sobrado teve suas alvenarias totalmente recuperadas, com o uso

FIM AO CONTRABANDO CULTURAL. COMPRE SOMENTE OBRAS LEGALMENTE EXPORTADAS. PROTEJA O PATRIMÔNIO CULTURAL DE TODOS OS PAÍSES.

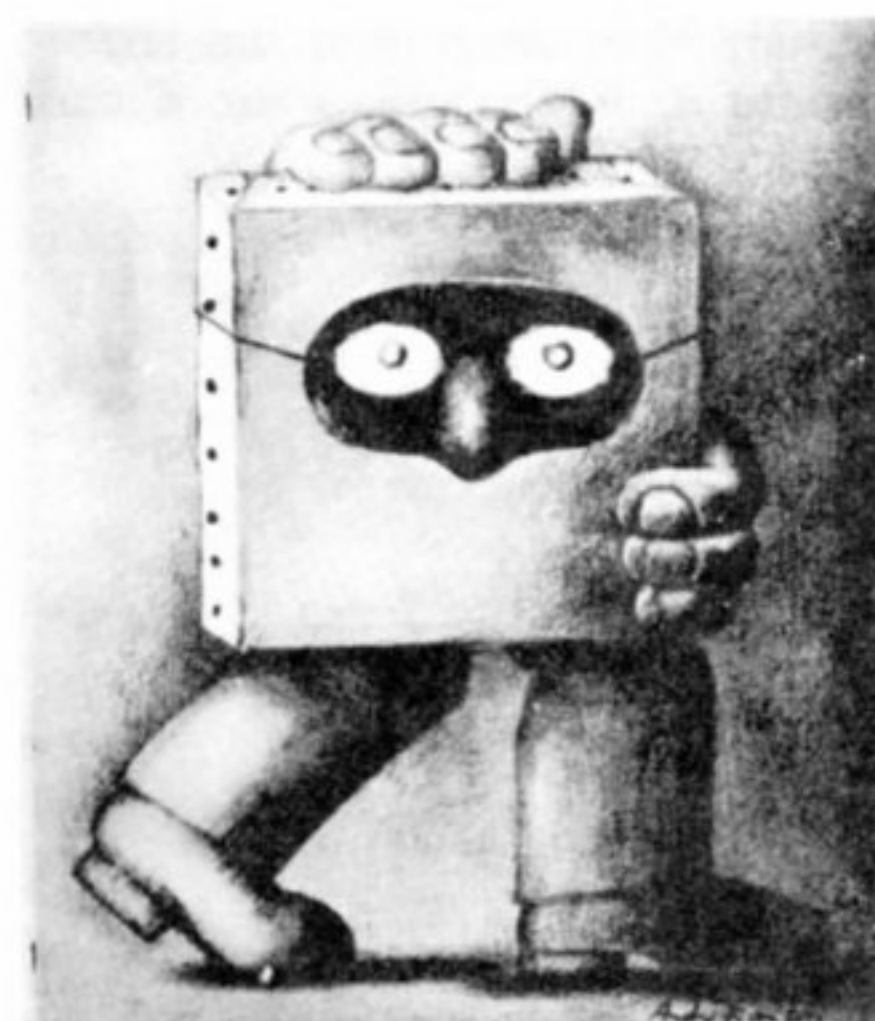
Estes são os dizeres de um cartaz com o qual a UNESCO está realizando campanha dirigida à consciência de aficionados à arte, colecionadores e turistas, visando coibir a prática do tráfico ilegal de bens culturais.

A campanha originou-se pela constatação de que este tipo de contrabando é hoje cada vez mais intenso. A UNESCO observa que, para quem tenha meios econômicos, nada mais fácil atualmente do que fazer uma coleção de objetos de arte africanos ou pré-colombianos. Na Itália a exportação ilegal de obras, geralmente roubadas, constitui verdadeira calamidade; e na Oceania o contrabando cultural alcançou tais proporções que hoje não resta mais nada para exportar e a população encontra-se totalmente privada de conhecer as grandes obras de seu passado. Esse mercado ilegal, por sinal muito bem abastecido, alimenta-se pelo despojo de numerosas populações de seus bens mais preciosos, com absoluto menosprezo pelas leis que regem a exportação de objetos de valor artístico e cultural.

também do concreto armado, destacando-se, aí, a fachada voltada para a Praça da República, cujo desaprimo, ao início das obras, chegou a motivar fortes discussões sobre sua consolidação ou demolição. Contudo, com o emprego de modernas técnicas de estabilização tal parede encontra-se totalmente preservada. Os trabalhos internos de adaptação do imóvel para o uso como residências pluridomiciliares foi bem executado, criando-se, ali, amplos apartamentos com excelentes áreas.

Ainda em Laranjeiras, no imóvel localizado na Avenida Municipal e que será devolvido à população local como

O cartaz da campanha foi desenhado por André François e por ele doado à UNESCO, que o está expondo em aeroportos, aduanas e outros locais públicos, além de ter colocado um certo número de exemplares à venda.



alto al contrabando cultural

unesco

No compre más que las obras legalmente exportadas. Proteja el patrimonio cultural de todos los países.

Centro de Tradição do município, destaca-se o trabalho inédito e totalmente original do arquiteto restaurador Fernando Machado Leal. Trata-se da correção de acentuado desaprimo de 25 centímetros, que existia na alvenaria de pedra da fachada principal. A técnica utilizada possibilitou o retorno da parede ao seu alinhamento normal. A SPHAN já entrou em entendimentos com o arquiteto e vai documentá-la e divulgá-la através de um relatório técnico com os croquis, plantas e documentação fotográfica.

Forte do Mar: em breve, um Museu Naval

A primeira etapa das obras de restauração do Forte do Mar, em Salvador, foram concluídas em dezembro passado, devendo ser iniciada, nas próximas semanas, a etapa final das obras, de modo a permitir que ainda este ano o prédio esteja pronto para receber o Museu Histórico Naval da Bahia.

Foram gastos Cr\$ 10 milhões na primeira fase, estando prevista a aplicação de mais Cr\$ 14 milhões para a finalização dos trabalhos. Os recursos são do Programa de Cidades Históricas, tendo as obras sido iniciadas em outubro de 1978, de acordo com projeto elaborado inicialmente pela Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, com posteriores modificações a cargo da 4ª Diretoria Regional da SPHAN.

Uma das mais importantes fortificações baianas do passado, o Forte do Mar, ou Fortaleza de Nossa Del Populo, ou, ainda, Forte de São Marcelo, denominações pelas quais é conhecido, teve a sua construção intimamente ligada à história da invasão holandesa no Brasil. Edificado sobre uma formação rochosa, ou "lage do porto", bem em frente à par-

te mais antiga da cidade, a "mil passos da costa", o Forte passou por várias fases de construção e reconstrução até tomar a feição que permanece até hoje.

Segundo o historiador Frei Vicente do Salvador, deve-se ao Governador Diogo de Mendonça Furtado o início da construção do Forte a cargo do engenheiro Francisco de Frias Mesquita, nomeado pelo El-Rei para a função de Engenheiro do Estado do Brasil e encarregado da fortificação da costa de todo o Nordeste até o Pará.

Quando se deu a invasão holandesa na Bahia, em 1624, as obras do Forte ainda não estavam terminadas e, em 1650, por Carta Régia de 4 de outubro, o Governador Conde de Castelo Melhor recebe ordens de reconstruí-lo, dada a sua importância estratégica para a defesa da cidade. Com o passar dos anos o Forte foi perdendo a sua função, passando apenas a disparar salvas de cortesia durante as procissões do Senhor dos Navegantes, além de anunciar incêndios marítimos.

A primeira restauração recente do Forte do Mar aconteceu em 1942, quando foi recuperada a escada exter-

na. Em 1965, sob a orientação do então IPHAN, a prefeitura municipal realizou obras de recuperação no Forte que, no entanto, permanecia sem utilização. A decisão de instalar no local o Museu Histórico Naval da Bahia é que motivou a completa restauração da fortaleza, adaptando-a para suas novas funções.

A primeira etapa dos trabalhos compreendeu praticamente todas as obras civis, faltando apenas a pavimentação, que ainda não foi feita porque não foram terminados os trabalhos de instalação dos cabos de luz e telefone. A segunda etapa, a ser iniciada brevemente, compreende principalmente as obras de estabilização das fundações submarinas.

A instalação do Museu está a cargo do Serviço de Documentação Geral da Marinha e o responsável é o Comandante Marcos Guedes. O valioso acervo é constituído de peças de naus antigas, muitas delas ainda do tempo da invasão holandesa, além de instrumentos náuticos antigos, como astrolábios e muitos armamentos da época.

Em debate, a preservação de Petrópolis

O documento final sobre a preservação dos bens culturais da cidade de Petrópolis estará pronto até o final de abril próximo, de acordo com a previsão da Comissão criada pelo Secretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e que vem atuando desde junho do ano passado junto à comunidade daquela cidade imperial e aos órgãos também responsáveis pela preservação de Petrópolis.

Até lá, a Comissão terá apresentado, também, proposta de substitutivo ao projeto de lei da Deputada Lygia Lessa Bastos, que pretende atribuir à cidade o título de "Monumento Nacional". A idéia básica da Comissão é a de sugerir procedimentos efetivos para a proteção de Petrópolis, sem, contudo, interferir no desenvolvimento natural

da cidade.

Integram a Comissão criada pela Portaria nº 13 de 5 de junho de 1979, os arquitetos Alcides da Rocha Miranda, Dora Alcântara, Eurico Calvente, Alfredo Britto e a socióloga Ana Maria Amorim. Sob a presidência do arquiteto Alcides da Rocha Miranda, a Comissão já realizou mais de dez reuniões com representantes da comunidade petropolitana, envolvendo entidades como a Associação Amigos de Petrópolis-Patrimônio Proteção dos Animais-Defesa da Ecologia (APANDE), Associações de Bairros, Universidade Católica, Instituto Histórico e Geográfico, além de representações do comércio e indústria locais.

A Comissão reuniu-se, também, com representantes de órgãos como o

Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), a Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana (FUNDREM) e de outros responsáveis pela preservação e planejamento da cidade de Petrópolis.

Ao mesmo tempo, desenvolve-se uma pesquisa social e antropológica, com a tomada de depoimentos de pessoas do lugar, ou intimamente ligadas a Petrópolis, tendo sido entrevistadas, até agora, entre outras, as seguintes: Guilherme Eppinghaus, Alceu Amorooso Lima, Gilberto Ferrez, Lourenço Lacombe. A intenção é a de estabelecer a "história oral" de Petrópolis, trabalho que será transferido, posteriormente, à Universidade.

TESES

CARVALHO, José Antônio. *O colégio e as residências dos jesuítas no Espírito Santo*. Dissertação apresentada à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, como exigência parcial do Curso de Pós-Graduação, para a obtenção do título de Mestre no Departamento de Comunicações e Artes. São Paulo, 2 vols., 1979. Xerox.

Trata-se de um estudo sobre cinco conjuntos arquitetônicos erigidos pelos jesuítas no Espírito Santo durante o período colonial: o colégio de Vitória, atualmente Palácio Anchieta, sede do governo estadual, e quatro residências construídas nos aldeamentos de São João Batista (hoje Carapina), Nossa Senhora da Conceição de Guapari, Nossa Senhora da Assunção de Reritiba (hoje Anchieta) e Reis Magos (hoje Nova Almeida).

O autor parte da convicção de que essas edificações obedeciam a um programa construtivo que foi desenvolvido pelos padres da Companhia de Jesus em todos os núcleos de colonização do Brasil, o que é demonstrado com base num exaustivo levantamento histórico, gráfico e fotográfico, e numa leitura cuidadosa de fontes documentais primárias. Mostra em seguida que esse programa sofreu adaptações para atender a condições locais, daí resultando certas notas individualizadoras que, em mais de um ponto, diferenciam os conjuntos capixabas de exemplares erigidos na mesma época pelos jesuítas em outras regiões do País, e que exerceram também forte influência sobre a arquitetura religiosa não-jesuítica no próprio Espírito Santo.

Ao lado desse esforço de identificação de características formais, o autor narra ainda a história de cada um desses monumentos ao longo de quase quatro séculos, no curso dos quais foram submetidos a intervenções ditadas pelas novas destinações de uso que lhes foram dadas e que redundaram em reformas quase sempre mutiladoras.

A reconstituição das sucessivas remodelações desses conjuntos compõe uma espécie de estudo de caso cuja importância advém de sua tipicidade exasperante: uma comunidade

pobre cuja elite dirigente, imbuída de noções superficiais e discutíveis de progresso e agindo por puro mimetismo, condena virtualmente à destruição os marcos de sua cultura material.

Em síntese, o trabalho realizado por José Antônio Carvalho enriquece a bibliografia relativa à arquitetura colonial brasileira, tendo ainda o mérito de versar sobre um acervo pouco estudado e praticamente desconhecido fora do círculo dos especialistas, ao mesmo tempo que levanta questões de interesse para a política de preservação de patrimônio cultural.

GONZALES, Suely F. Netto — *A estratificação residencial urbana. Implicações da renda do solo*. Tese de mestrado em planejamento urbano e regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, agosto, 1979, 134 p.

O problema habitacional manifesta para o observador como um conjunto de deficiências presentes nas unidades residenciais e/ou pelas carências da infra-estrutura urbana e/ou pelo elevado número de pessoas vivendo em compartimentos exíguos. Entretanto, este problema não é isolado dentro do fenômeno urbano e, nas cidades em crescimento, é possível redefinir-lo como contido em um processo de estratificação residencial urbana.

A explicação deste fenômeno daria conta do problema habitacional, enquanto, através dele, as populações pobres se realocam, paulatinamente, nos setores piores da cidade. Este movimento ocorre porque se mantém constante, nas diferentes camadas da população entre determinadas possibilidades de pagar determinados preços cobrados pela habitação. No Brasil, esta relação vem se deteriorando pela queda do salário real e pela valorização, muito acima das taxas de inflação, dos imóveis residenciais.

Este estudo pretendeu investigar um dos componentes desta relação: os processos de valorização da habitação, dentro da estratificação físico-espacial resultante, que se manifesta pela produção e reprodução de habitações cada vez melhores, em determinados setores da cidade, em contraposição a uma produção, cada vez mais exten-

sa e deteriorada, nos demais.

Analisando-se este fenômeno no caso do Distrito Federal consegue-se demonstrar como o processo de produção das habitações, no período 1970-76, selecionou determinados setores residenciais para determinado investimento de capital, por unidade habitacional. O resultado obtido diferencia as qualificações das moradias produzidas por setor e permite classificá-las pelo padrão médio de suas unidades residenciais. Entretanto, o exame da evolução de seus preços, no mercado, demonstra também que a variação do valor dos imóveis, no período, foi diferente, mesmo para setores com unidades residenciais inicialmente semelhantes. Esta constatação leva a considerar a relevância da variável localização que, no quadro do processo de produção das habitações, se concretiza no valor dos terrenos. Os mecanismos da formação dos preços dos terrenos seriam, portanto, determinantes da estratificação residencial urbana.

Para a investigação destes preços admite-se uma analogia com a formação dos preços do solo agrícola, que são determinados pela renda obtida através da produção do setor. Nas áreas urbanas, a Renda de Situação Urbana teria como fonte um lucro extraordinário, possível de auferir, na produção de habitações sobre determinados setores urbanos, com determinadas características. Admitindo-se que o produto final seja o alojamento, o serviço da habitação, realizado através dos imóveis edificadas, em cada setor residencial urbano, a Renda de Situação teria suas medidas condicionadas pelos aluguéis máximos ali conseguidos. Esta renda teria, portanto, características de Renda de Monopólio.

Desta forma, o mecanismo da Renda de Situação reproduz constantemente a divisão social do espaço urbano, através de um processo de ação e reação que se estabelece entre cada novo padrão relativo de qualidade residencial em cada setor e os preços de monopólio cobrados pela habitação. A expressão mais evidente deste processo, nas cidades do mundo subdesenvolvido, é a segregação residencial das grandes massas de população pobre em áreas de péssima qualidade habitacional.